

Ficha — O legado do liberalismo e a cidadania

11.º Ano História A 3 páginas 8 exercícios

Objetivo: Reconhecer o **legado da legislação liberal** — igualdade de direitos, soberania nacional, propriedade e livre iniciativa, abolição da escravatura — e analisar a **evolução do conceito de cidadania** até ao cidadão como ator político.

Revisão rápida

Vencida a guerra civil (1834), o liberalismo constrói um **Estado de direito**: a lei é igual para todos, a propriedade é garantida e o poder político passa a ter de se justificar perante a nação. Mas a **igualdade civil** não trouxe de imediato **igualdade política**.

Reforma	Efeito
Mouzinho da Silveira (1832)	extinção dos forais e das prestações feudais; reforma da justiça, da fazenda e da administração: o reino passa a ser governado por leis gerais e funcionários, não por senhores
Fim dos privilégios	acesso igual aos cargos e aos tribunais; fim das isenções fiscais de nobreza e clero
Ordens religiosas (1834)	extinção dos conventos e nacionalização dos bens: o Estado retira ao clero o poder económico e educativo
Propriedade e livre iniciativa	direito de propriedade garantido; liberdade de indústria e comércio; fim dos monopólios e das corporações de ofícios
Ensino (1836)	Passos Manuel cria escolas primárias e liceus : formar cidadãos capazes de exercer direitos
Escravatura	1836 — decreto de Sá da Bandeira proíbe o tráfico nos territórios portugueses; 1869 — abolição da escravatura em todo o império, com regime transitório de contratados que se arrastou até à década de 1870

A **cidadania em construção** — cidadão é quem tem direitos e também **quem participa**: vota, petição, assina jornais, associa-se, discute no município e na praça pública. O alargamento é lento e desigual:

Momento	Quem é cidadão político
1822 / 1826	só quem tem rendimento suficiente (voto censitário); na prática, uma minoria letrada e proprietária
Mulheres	excluídas do voto durante todo o período liberal; a igualdade proclamada é a do proprietário masculino
1911	sufrágio universal masculino — a cidadania política deixa de depender do rendimento
1976	sufrágio universal, incluindo as mulheres em igualdade: o conceito moderno de cidadania

Do **vintismo ao cabralismo** — **setembrismo** (1836-1842): Constituição de 1838, reformas do ensino e da administração, depois a revolta da Maria da Fonte (1846) e a Patuleia; **cabralismo** (1842-1846): restauração da Carta, centralização administrativa, obras públicas e aumento de impostos. A instabilidade mostra que o legado liberal se construiu **com conflito**, não por consenso.

Exercícios

1. Completar: em 1832, Mouzinho da Silveira extinguiu os _____ e as prestações feudais; em 1834 foram extintas as _____ religiosas; em 1836, Sá da Bandeira proibiu o _____ de escravos e Passos Manuel criou os _____.

2. Verdadeiro ou falso — corrige as falsas: a) a legislação liberal acabou com as isenções fiscais da nobreza e do clero · b) a abolição da escravatura em todo o império foi imediata e sem regime transitório · c) o voto censitário fazia depender o direito de voto do rendimento · d) as mulheres votaram nas eleições do liberalismo · e) a extinção das ordens religiosas retirou ao clero poder económico e educativo.

3. Liga cada medida ao direito que afirma: extinção dos forais · liberdade de indústria · igualdade perante a lei · abolição da escravatura · liceus (1836) · eleições. (i) fim do trabalho forçado e da propriedade de pessoas; (ii) fim das prestações devidas ao senhor da terra; (iii) direito de exercer atividade económica sem monopólio; (iv) fim dos tribunais e impostos de exceção por nascimento; (v) formação de cidadãos; (vi) escolha dos representantes da nação.

4. Completa a tabela.

Aspeto	Igualdade civil	Igualdade política
Quem é abrangido		
Exemplo de conquista		

5. Explica porque é que a igualdade civil conquistada em 1834 não significou igualdade política. Indica dois mecanismos de exclusão.

6. A abolição da escravatura foi um processo longo. Distingue o que foi decidido em 1836 do que foi decidido em 1869 e explica porque a aplicação prática demorou.

7. Interpreta: «o liberalismo criou o cidadão, mas durante décadas o cidadão foi apenas o proprietário». Concordas? Justifica com dois argumentos.

8. Síntese escrita (3 a 4 linhas): avalia o legado do liberalismo na construção da cidadania, referindo um avanço, um limite e uma herança que chega ao presente.

Soluções — O legado do liberalismo e a cidadania

11.º Ano

História A

Resolução completa

1. forais · ordens · tráfico · liceus.

2. a) **V** — é um dos eixos da reforma de 1832. b) **F** — o decreto de 1869 previu um regime transitório de «contratados», e a aplicação efetiva arrastou-se pela década de 1870. c) **V** — só votava quem tivesse determinado rendimento. d) **F** — as mulheres estiveram excluídas do sufrágio em todo o período liberal. e) **V** — com a extinção das ordens, o Estado ficou com os bens e com funções de ensino e assistência.

3. extinção dos forais → (ii) · liberdade de indústria → (iii) · igualdade perante a lei → (iv) · abolição da escravatura → (i) · liceus → (v) · eleições → (vi).

4. Igualdade civil: **todos os indivíduos** (abrange toda a população, independentemente do rendimento) — conquista: **fim dos foros, dos tribunais e dos impostos de exceção**.

Igualdade política: **apenas quem cumpre os requisitos de voto** — conquista: **sufrágio universal masculino em 1911**, universal em 1976.

5. Porque a igualdade conquistada em 1834 foi sobretudo **jurídica**: perante a lei e os tribunais, todos são iguais. A participação política ficou sujeita a requisitos. Dois mecanismos de exclusão: (i) o **voto censitário**, que exigia rendimento — excluía pobres e boa parte dos trabalhadores rurais e urbanos; (ii) a **exclusão das mulheres** e a exigência de saber ler e escrever em vários períodos, num país maioritariamente analfabeto. Acresce a fraude e o controlo local do voto, que reduziam ainda mais a representatividade.

6. Em **1836**, o decreto de Sá da Bandeira proibiu o **tráfico** de escravos nos territórios portugueses — atacava o comércio, não a instituição. Em **1869**, a escravatura foi declarada abolida em todo o império, mas com um regime transitório de «contratados» que obrigava os libertos a trabalhar para os antigos senhores durante anos. A demora explica-se por três razões: o peso económico do trabalho forçado nas plantations de São Tomé e nas roças de Angola e Moçambique; a ausência de administração e de polícia eficazes no interior africano; e a resistência dos proprietários locais, que encontraram na «contratação» uma forma de manter a dependência. A abolição formal sem condições materiais de liberdade é, por isso, um exemplo de como o direito pode chegar antes da realidade.

7. Concorro em grande parte. Primeiro: o liberalismo criou efetivamente o **cidadão** — sujeito de direitos, com personalidade jurídica, capacidade para contratar, testar, circular e ser julgado por lei igual; extinguiu foros, monopólios e corporações. Segundo: esse cidadão nasceu **socialmente marcado** — o voto dependia do rendimento, as mulheres estavam excluídas e o analfabetismo afastava a maioria da esfera pública; a liberdade de comércio e a desamortização das ordens religiosas, por sua vez, transferiram bens para quem já tinha capital. Ou seja: a igualdade foi real no plano do direito e muito limitada no plano do poder — é essa distância que os movimentos seguintes (republicanismo, movimento operário, sufrágio universal) vão tentar encurtar.

8. Modelo — «O liberalismo deixa um legado estrutural: **igualdade perante a lei**, propriedade garantida, liberdade de comércio e de expressão, e a ideia de que o poder se exerce em nome da nação e pode ser escrutinado. O limite é o **sufrágio censitário**, que confundiu cidadania com propriedade e deixou de fora pobres, analfabetos e mulheres. A herança que chega ao presente é essa dupla herança: um Estado de direito que aprendemos a exigir e uma cidadania que só se tornou plena com o sufrágio universal — masculino em 1911, sem discriminação de sexo em 1976.»

Nota: três blocos para a prova — **legislação** (forais, ordens religiosas, propriedade e livre iniciativa, ensino, escravatura) · **cidadania** (censitário → 1911 → 1976; mulheres excluídas) · **tensão** (igualdade civil ≠ igualdade política).